

PRODEFESA

ANEXO TÉCNICO - COMPONENTE 3

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Maio 2018

1. INTRODUÇÃO

A defesa agropecuária atua sob o tripé de ciência, informação e análise de risco. Para isso, precisa ter a base de conhecimento técnico, científico e analítico que lhe permita ser a fiadora da segurança alimentar dos que consomem os produtos agropecuários (nacionais e importados) e também da sustentabilidade do setor mais dinâmico da economia nacional.

Para que se possa alcançar esse objetivo, torna-se necessário o desenvolvimento de conhecimentos e inovações que sejam capazes de compensar as eventuais vulnerabilidades causadas pela extensão territorial brasileira, o número significativo de fronteiras internacionais, a diversidade climática e ambiental, a diversidade dos sistemas produtivos e os riscos de introdução e disseminação de pragas vegetais e doenças animais que podem comprometer as conquistas atuais.

A manutenção de um Sistema de Defesa Agropecuária de alta credibilidade, exige a produção de conhecimentos e de inovações que contribuam para o alcance de padrões de excelência e eficácia iguais ou superiores aos dos melhores do mundo e que deem segurança de que os produtos brasileiros atendam às expectativas dos mais exigentes mercados consumidores em termos de sanidade, inocuidade e qualidade.

Neste aspecto, para que a geração de conhecimento e de inovação possa ser alcançada e dentro de uma realidade sustentável, torna-se necessário a Defesa Agropecuária Brasileira, liderada pela Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA, **o desenvolvimento e implantação de um modelo de gestão** onde a utilização de novos conceitos e ferramentas, possam contribuir para que as várias questões que hoje impedem o seu desenvolvimento sejam devidamente sanadas.

Dentre as questões, podemos destacar as que têm relação direta com as soluções que estão sendo propostas através deste componente do ProDefesa:

- a) incipientes meios institucionais para o financiamento de estudos e pesquisas que darão o suporte necessário à atividade;
- b) incipientes meios institucionais para o financiamento de um programa de capacitação continuada de todo o pessoal envolvido no sistema;
- c) inúmeros sistemas de informação sem integração entre si, tornando complexo o acesso pelo usuário e a extração de informação estratégicas relevantes;
- d) não emprego de instrumentos de inteligência dificultando que as ações sejam melhor direcionadas para uma maior efetividade da Defesa Agropecuária;
- e) inexistência de ambientes propícios para a construção de parcerias voltadas para a geração de conhecimentos e inovações, de desenvolvimento compartilhado de ações e de troca de informações com foco em defesa agropecuária.

É fundamental entender que as demandas atuais e futuras não poderão ser supridas unicamente com o incremento de recursos humanos ou materiais. Será necessário construir novas abordagens e utilizar novas ferramentas, com foco nas áreas de produção e gestão do conhecimento, inteligência e análise de risco, mediante a ampliação da capacidade interna de trabalho, da otimização de recursos existentes, da capacidade para o estabelecimento de parcerias públicas e/ou privadas, com destaque para as agências governamentais de pesquisa e tecnologia e universidades no Brasil e no exterior.

1.1 Histórico das ações do governo com relação ao problema

As primeiras ações tomadas, no sentido de apoiar as ações de geração de conhecimento e inovação em defesa agropecuária, foram direcionadas para a uma nova estrutura organizacional. A mudança institucional se deu por meio do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, que criou novas áreas transversais que deram à Secretaria instrumentos para gerenciar o Plano de Defesa Agropecuária (PDA), planejar de forma estratégica e monitorar e avaliar as atividades da Secretaria. Nesta reforma foram recriadas as áreas de Planejamento, Acompanhamento e Controle; e criadas novas áreas de Inteligência e Análise de Risco, uma área de Automação, uma área de relações internacionais e uma área de boas práticas normativas.

Outra medida foi Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, que permitiu introduzir modificações nas áreas técnicas existentes, mudando o enfoque de trabalho de alguns Departamentos para uma atuação por processos, o que já resultou em ganhos de eficiência.

1.2 Relação do problema com os planos estratégicos do setor

Um dos principais instrumentos estratégicos e que serve de orientação para as ações de defesa agropecuária é o PDA, criado em 2015. O PDA é proposto para os próximos dez anos, onde serão executadas as seguintes etapas: (i) a primeira referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, compreendendo as mudanças na organização institucional da Secretaria, na implantação de novas áreas e instrumentos de gestão e no desenvolvimento de planos de ação para implementação de programas e projetos prioritários; e (ii) a segunda projetada-se até 2020, em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019, baseando-se, quando aplicável, em princípios e desenvolvimento na modalidade de parcerias público-privadas; (iii) a terceira projetada-se até 2025, com ações ligadas à sustentabilidade do plano proposto.

As propostas constantes do PDA estão organizadas em seis eixos estratégicos. Estes seis eixos de ação são: (i) Modernização e Desburocratização; (ii) Fortalecimento e Modernização do Marco Regulatório; (iii) Fortalecimento do Conhecimento e Suporte Estratégico; (iv) Implantação e Fortalecimento de Programas e Projetos Técnicos Prioritários; (v) Sustentabilidade da Defesa Agropecuária; e (vi) Implantação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento. Para cada eixo do PDA foram identificados e priorizados projetos, ações e atividades específicas que levarão a uma mudança profunda no status quo vigente.

O Componente 3 do ProDefesa – *Conhecimento e Inovação em Defesa Agropecuária*, corresponde ao Eixo de Conhecimento e Suporte Estratégico, com pequenos ajustes de prioridades.

2. DIAGNÓSTICO DA INTERVENÇÃO.

- Situação atual. Os órgãos de defesa agropecuária vêm operando na sua capacidade máxima, porém com baixa eficiência devido à inexistência de um programa estruturado que apoie de forma eficiente e eficaz o seu sistema de atuação. As consequências especificamente relacionadas às soluções propostas para este componente são:
 - (i) A gestão dos agentes de defesa agropecuária não conta com instrumentos ou organização que gerencie o desenvolvimento de suas competências ao longo da carreira, dificultando a atuação da defesa agropecuária em temas específicos e estratégicos;

- (ii) A tomada de decisões sem suporte de ferramentas de inteligência, contribui para tomada de decisões com premissas equivocadas, ou extemporâneas;
 - (iii) A pesquisa sobre os desafios fundamentais da defesa agropecuária tem sido insuficiente, sendo necessário estabelecer alguns incentivos para promovê-la, orientada a problemas fundamentais encontrados pela própria defesa. É necessário contar com recursos específicos no orçamento da defesa agropecuária para gerar conhecimentos específicos em defesa agropecuária;
 - (iv) Além da questão de recursos específicos para incentivar a pesquisa voltada a defesa agropecuária, é necessário também buscar o estabelecimento de um ambiente próprio, onde este tipo de pesquisa seja o foco e prioridade. As organizações de pesquisa agropecuária no Brasil, seja a Embrapa ou Universidades contam com pesquisadores que de forma individual desenvolvem este tipo de projetos, mas não existem programas ou unidades específicas para tratar o tema, como em outros países. Por outro lado, dado as restrições orçamentárias existentes não se pode pensar em criar esse tipo de unidade, o que leva a busca de aproveitando unidades e instalações existentes, estabelecer um ambiente apropriado para congregar pesquisadores de várias instituições público e privadas, onde teriam o suporte para em conjunto desenvolver conhecimento específico para a defesa agropecuária.
 - (v) Inexistência de intercâmbio de técnicos para trabalhar em temas de grande relevância, como inteligência estratégica, prevenção da introdução de novas pragas, análise de risco e outros de alta prioridade para a defesa agropecuária brasileira, que se traduz no pouco conhecimento dos Agentes federais, estaduais, e municipais do está sendo produzido em termos de conhecimento e inovação em outras instituições, nacionais ou internacionais, o que dificulta a geração de novas ideias; e
 - (vi) Finalmente, é importante mencionar o tema de organização institucional. O atual modelo completou 40 anos em novembro de 2017, e nestes 40 anos o mundo mudou, o Brasil mudou e principalmente o papel da agricultura brasileira no mundo mudou a uma velocidade inesperada. De um país que a 40 anos importava alimentos, hoje o Brasil é um dos maiores exportadores, ocupando 7% do comércio internacional e com uma meta de chegar a 10% nos próximos 5 anos. O desenho institucional atual desempenhou seu papel com sucesso, mas nos últimos 5 anos vem demonstrando sinais de “stress”. É necessário redesenhar o sistema público de defesa e inocuidade, dando ênfase ao autocontrole por parte do setor privado, e enfatizando as responsabilidades de regulação e auditoria no setor público. E reconhecendo que não é possível atender a demanda atual advinda dos níveis de produção sem mudar rapidamente os processos internos e utilizar a automação em grande escala.
- Razões do problema. Muito embora o Governo brasileiro esteja ciente da importância de investimentos no Sistema de Defesa Agropecuária, o esforço aferido até o momento possibilita com muita dificuldade manter o nível atual de qualidade dos serviços, sem, entretanto, promover o desenvolvimento de uma estrutura sustentável de produção de conhecimento e inovação, necessidade, esta, provocada pelos avanços técnicos e científicos compatíveis com as crescentes exigências dos mercados interno e externo e pelo crescimento da produção agropecuária e do comércio internacional brasileiro. Dentro da falta de uma estrutura sustentável,

podemos citar, como exemplo, espaços para a geração do conhecimento, inovação, multiplicação de ações em parcerias (parque tecnológico).

- Magnitude. Os objetivos da Defesa Agropecuária são assegurar a sanidade vegetal e animal, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Assim sendo, a continuidade da trajetória de sucesso do agronegócio brasileiro depende invariavelmente da existência de um Sistema de Defesa Agropecuária capaz de compensar as eventuais vulnerabilidades causadas pela extensão territorial brasileira, o número significativo de fronteiras internacionais, a diversidade climática e ambiental, a diversidade dos sistemas produtivos e os riscos de introdução e disseminação de pragas vegetais e doenças animais que podem comprometer as conquistas atuais.

No comércio internacional, o próprio destaque do Brasil como potência agropecuária pode suscitar o surgimento de seguidas tentativas de impor barreiras sanitárias aos seus produtos pelos competidores.

O conjunto desses fatores exige a manutenção de um Sistema de Defesa Agropecuária de alta credibilidade, dando segurança de que os produtos brasileiros atendam às expectativas dos mais exigentes mercados consumidores em termos de sanidade, inocuidade e qualidade.

A atual estrutura jurídica e organizacional da SDA é dependente 100% da União e não dá a autonomia operacional e financeira necessária para atendimento do crescimento do setor agropecuário. Uma proposta para ajustar o modelo jurídico foi desenvolvida em consulta com entidades de usuários, e encaminhada a Casa Civil para avaliação e envio ao Congresso Nacional. Conjuntamente com esse novo modelo para a SDA sejam revistos os modelos dos serviços de apoio às ações de defesa agropecuária, como: pesquisa, inteligência, serviços laboratoriais, dentre outros. Sem a reestruturação do atual modelo de Defesa Agropecuária, em breve este será o gargalo para o crescimento econômico do país no setor agropecuário e alimentar.

- Beneficiários. O beneficiário direto das ações será o setor produtivo e, consequentemente, a economia nacional. Os beneficiários indiretos são os consumidores de produtos de origem animal e vegetal.
- Fatores contribuindo ao problema. Já foram identificados uma série de fatores que contribuem para a estagnação do atual modelo de Defesa Agropecuária como ausência de um programa continuado de desenvolvimento de competências, pouco investimento em PD&I, pouco uso de ferramentas de análise de risco nas ações de auditoria e fiscalização, ausência de sistemas informatizados integrados de vigilância sanitária e fitossanitária.

O processo de gestão e de interlocução entre SDA, suas unidades e os demais atores estaduais e municipais da Defesa Agropecuária influencia diretamente a execução das atividades e dos programas nos estados. Neste aspecto, a falta de uniformidade e de sistematização dos processos de gestão leva a diferentes níveis de efetividade das políticas públicas da SDA nos Estados. Este modelo de organização matricial do Sistema de Defesa Agropecuária, tem, segundo relatos colhidos, aparentado fragilidades, além de ineficiências quase sempre causadas pelo próprio modelo adotado.

Uma avaliação mais profunda do quadro de pessoal existente na área e uma proposta de gestão por atividade, especialização, nível central ou nacional, e não somente uma dimensão histórica do quadro de pessoal, também, se faz necessária. Esta avaliação deverá levar em conta a revisão do marco legal, a modernização dos sistemas operacionais, o uso de novos instrumentos para orientar o trabalho (Análise de Risco).

Devido à alta especificidade de cada atividade, requer-se para sua execução uma estrutura organizacional que controle todas as etapas do processo sobre o qual tem responsabilidade, e exercida por servidores devidamente qualificados e continuamente capacitados, visando seu constante desenvolvimento frente aos avanços tecnológicos.

Outros aspectos, também, devem ser considerados como: inadequação da estrutura jurídica, organizacional e dos meios existentes na Secretaria de Defesa Agropecuária para a aplicação das políticas públicas, tendo em vista uma nova lógica de governança, buscando a diminuição dos custos operacionais, melhor distribuição da mão de obra, resultando no aumento da efetividade dos programas e na melhoria da situação sanitária e fitossanitária do País.

- o Caracterização do setor. As ações aqui previstas são transversais à toda SDA e com impacto em todas as áreas do setor produtivo agropecuário nacional. A execução das ações previstas está sob controle das SDA com pouca ou nenhuma ingerência externa. Portanto, são compromissos passíveis de serem assumidos com baixo risco de insucesso na sua implementação, dependendo de uma gestão eficiente e motivacional.

3. MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

Os ditames legais da defesa agropecuária vigentes foram editados sob a égide da Constituição Federal de 1891, como o Decreto nº 24.144, de 12 de abril de 1934, que regulamenta o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, e o Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, que aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Esses Decretos não foram revogados após as Constituições de 1946, 1967 e 1988. Além de defasadas, a legislação atual de defesa agropecuária é fragmentada e dispersa, composta por 12 Leis, e inúmeros decretos e normas infralegais, o que torna difícil a sua implementação. Não há clareza nos limites de atuação e de competências dos entes federados, faltando parâmetros para a aplicação de sanções e definição das responsabilidades dos entes fiscalizados. Também, não autoriza a cobrança da maioria dos serviços prestados pelos entes federais.

A legislação sanitária de produtos de origem animal data de 1950 (Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950) e foi concebida para realidade vigente à demanda causada pela urbanização do pós-guerra. Pode-se considerar que, neste período, se acelera a mudança de paradigma, onde o sistema de produção muda de um modelo de distribuição local e regional para modelos nacionais. A partir dos anos 1980/90, surge novo paradigma com a globalização da produção e da distribuição, mas no caso do Brasil ainda coexistindo com uma produção local que agora busca atingir mercados nacionais e até globais. Uma regulação que atenda às exigências sanitárias cada dia mais estritas e contemple as diferenças produtivas brasileiras é um desafio constante. Um exemplo desta busca de equilíbrio é o novo Regulamento da Inspeção de Produtos de Origem Animal (Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017), o qual revoga, dentre outros, o regulamento de 1952 (Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952).

A fragmentação e, em alguns casos, a defasagem da legislação que rege a Defesa Agropecuária criam entraves operacionais, prejudicam o diálogo e a interação entre as diversas instâncias atuantes nas diversas áreas que compõe a Defesa Agropecuária, dificultam a formulação de políticas e estratégias integradas e intersetoriais. Esta fragmentação regulatória levanta dúvidas sobre as responsabilidades dos diferentes atores, incluindo diferentes Ministérios, gera continuas iniciativas do poder legislativo buscando resolver o problema e abre brechas para questionamentos legais no nível das procuradorias e do judiciário.

Esse marco legal está sendo objeto de revisão e dará mais agilidade aos processos de Defesa Agropecuária.

Com relação ao Marco Legal de impacto direto das ações deste componente, há uma série de Leis e legislação infralegal mais atuais que permitem o desenvolvimento de programas previstos, como a Lei de Inovação em C&T. Detalhamento de legislação pertinente a este componente será objeto de levantamento por ocasião da execução das ações específicas.

DECRETO Nº 24.144, DE 12 DE ABRIL DE 1934, que regulamenta o serviço de Defesa Sanitária Vegetal

DECRETO Nº 24.548, DE 3 DE JULHO DE 1934, que aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

DECRETO Nº 5.707, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

PORTARIA Nº 208, DE 25 DE JULHO DE 2006. Dispõe sobre Diretrizes para elaboração do Plano Anual de Capacitação.

PORTARIA Nº 482, DE 28 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação continuada no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA Nº 164, DE 19 DE AGOSTO DE 2015. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Programa Escola Nacional de Gestão Agropecuária, sob coordenação da Secretaria-Executiva.

PORTARIA Nº 245 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015. Instituir, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Comitê Gestor de Educação Continuada (CGEC).

PLANO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – PDA, Versão Executiva Brasília, 04 de abril de 2016.

4. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

COMPONENTE 3: CONHECIMENTO E INOVAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA (US\$ 35 MILHÕES)

4.1 Caracterizar tecnicamente a proposta de intervenção.

O diagnóstico apresentado é um resumo de várias avaliações levadas a cabo nos últimos anos, incluindo reuniões internas e com público externo. Este diagnóstico deixa claro que são grandes os desafios distribuídos em várias frentes a serem atacadas de forma planejada e simultânea. O mais importante deste diagnóstico é resgatar a

capacidade de planejar e desenvolver propostas concretas, com visões de curto, médio e longo prazo.

Dentre as situações problema mencionadas, este componente se concentra em propostas de ações que visam dar o suporte na solução da necessidade de capacitação, aperfeiçoamento e qualificação da sua força de trabalho; na redução de pessoal; na inadequação dos sistemas informatizados e de seus equipamentos (TI); na desatualização e inadequação de comandos normativos e restrições orçamentárias e financeiras; e, na falta de meios para o financiamento de estudos e pesquisas.

É importante o desenvolvimento de ações relacionadas à geração de conhecimento, proposta nos subcomponentes: Estudos Estratégicos para apoio a Defesa Agropecuária Federal; Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária; Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária; Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária; e Inteligência Estratégica como base da Defesa Agropecuária no Brasil.

4.1.1 Objetivo Geral e objetivos específicos

a) Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e inovações no sistema de defesa agropecuária, voltadas a gerar competências para enfrentar os desafios da defesa agropecuária na próxima década.

b) Objetivos Específicos:

- i. Promover estudos dirigidos a temas estratégicos, institucionais e técnicos, para modernização da Defesa Agropecuária;
- ii. Promover o desenvolvimento de competências, capacidades, habilidades, atitudes e valores dos agentes federais e do SUASA em temas de interesse da Defesa Agropecuária;
- iii. Aperfeiçoar as bases de dados e sistemas da defesa agropecuária, e a capacidade em análises de risco, possibilitando o desenvolvimento de um sistema de inteligência estratégica em defesa agropecuária;
- iv. Direcionar e orientar pesquisas em defesa agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa para geração de conhecimentos específicos para a solução de problemas sanitários e fitossanitários, conhecidos ou emergentes;
- v. Criar um ambiente de inovação propício ao estímulo sustentável de geração de inovação em Defesa Agropecuária.

c) Resultados esperados:

- i. Conhecimento e informação gerados por meio de estudos específicos;
- ii. Capacidades dos agentes dos serviços de defesa agropecuária desenvolvidas;
- iii. Doutrina de inteligência desenvolvida e implementada;
- iv. Conhecimento em Defesa Agropecuária gerado em temas prioritários;
- v. Parque Tecnológico legal e institucionalmente constituído.

d) Descrição técnica da intervenção:

As ações desse projeto serão gerenciadas por subprojetos específicos, espelhados nos Eixos do PDA.

Na tabela a seguir são listados os subcomponentes que compõem este componente:

Componente 3: Conhecimento e Inovação na Defesa Agropecuária	
3.1	Estudos Estratégicos para apoio à Defesa Agropecuária Federal
3.2	Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária
3.3	Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária
3.4	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária
3.5	Parque Tecnológico da Defesa Agropecuária
3.6	Gastos Administrativos

Conhecimento e Inovação na Defesa Agropecuária

Promover o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e inovações no sistema de defesa agropecuária, voltadas a gerar competências para enfrentar os desafios da defesa agropecuária na próxima década.



Figura 1: Conhecimento e Inovação na Defesa Agropecuária

e) **Escopo dos produtos necessários para alcançar os resultados esperados**

I. ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA APOIO A DEFESA AGROPECUÁRIA FEDERAL:

Serão financiados estudos dirigidos a temas estratégicos para a modernização da Defesa Agropecuária em seus aspectos institucionais e técnicos. Os estudos poderão ou não estar vinculados a outros subcomponentes ou projetos. Tendo em vista a amplitude da atuação da Defesa, não se buscou pré-identificar todos os possíveis estudos que poderão ser necessários durante os 60 meses na execução do ProDefesa. Anualmente será apresentado ao BID um Plano Operativo onde estarão identificados os estudos previstos para o ano subsequente.

Para isso foi identificado o seguinte produto:

I.a - Realização de estudos e propostas de modernização da defesa agropecuária

Deverão ser realizados um mínimo de 10 estudos que terão como foco principal tornar a SDA uma organização voltada para resultados e que busca atender as necessidades de seus clientes com eficiência, eficácia e efetividade, tendo como resultado a melhora na prestação de Serviços da Defesa Agropecuária. Abarcará a: (a) atualização de processos, de seus comandos normativos e sua implantação; (b) modelagem e implantação dos novos processos automatizados; e (c) capacitação de pessoal nos novos processos.

As ações serão gerenciadas por subprojetos específicos, espelhados nos Eixos 1 (Modernização e Desburocratização), 2 (Marco Regulatório) e 5 (Sustentabilidade Institucional e Financeira) do PDA.

A adequação da estrutura jurídica, organizacional e dos meios existentes da Secretaria de Defesa Agropecuária será proposta por meio da apresentação de um projeto de Lei ao Congresso Nacional. A modificação proposta deverá prever a nova lógica de governança com diminuição de custos operacionais, melhor distribuição de mão de obra e a autonomia na gestão do quadro de pessoal e de recursos orçamentários. Sua regulamentação quando aprovada será um produto do projeto.

II. DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Essa iniciativa tem por objetivo subsidiar o desenvolvimento de competências para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para isso foram identificados os seguintes produtos:

Sistema de Gestão de Competências Desenvolvido
Programa de Desenvolvimento de Competências da SDA implementado, composto dos seguintes itens: a) Programa <i>Excellentia</i> b) Programa de capacitação de curta duração c) Programa de pós-graduação <i>strictu sensu</i>

II.a - Sistema de Gestão de Competências Desenvolvido

O conceito de competência utilizado no MAPA, que norteia as ações de Gestão por Competências, é o conjunto de comportamentos emitidos no ambiente de trabalho passíveis de observação e mensuração por gestores e pares. Portanto, competência, em uma abordagem analítico comportamental, referencial teórico deste trabalho, é a própria interação entre aquilo que o indivíduo faz e os eventos antecedentes e consequentes (SKINNER, 1969. Ver também BOTOMÉ, 2013).

O conceito adotado foi baseado em proposta originalmente descrita por Brandão (2009), no qual competências estão relacionadas aos comportamentos adotados no ambiente de trabalho, ou seja, estaria relacionado a tudo aquilo que a pessoa realiza e produz no seu ambiente de trabalho (Dutra, 2004 citado por Carbone, et al. 2009). Isso quer dizer que competência é tudo aquilo que o servidor deve ser capaz de fazer para realizar, adequadamente, suas atividades profissionais.

De acordo com a metodologia adotada pelo MAPA, foram identificados dois tipos de competências: as transversais e as específicas. Elas se subdividem conforme categorias a seguir:

TRANSVERSAIS ORGANIZACIONAIS: Referem-se aos atributos ou capacidades da organização que geram integração dos recursos, habilidades e processos organizacionais, interagindo com as estratégias e com a cultura organizacional. Contribuem para a geração de valores e formação de diferenciação frente às demais organizações. Ex.: ética e transparência, proatividade, etc.

TRANSVERSAIS ADMINISTRATIVAS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas ao serviço burocrático. Ex: redação de documentos oficiais, análise de processos, arquivamento e tramitação de processos, etc.

TRANSVERSAIS GERENCIAIS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas para liderança e coordenação de equipes. Ex: delegar tarefas, oferecer devolutivas a respeito do desempenho do servidor, acompanhar o trabalho de sua equipe.

TRANSVERSAIS PESSOAIS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas para liderança e coordenação de equipes. Ex: delegar tarefas, oferecer devolutivas a respeito do desempenho do servidor, acompanhar o trabalho de sua equipe.

ESPECÍFICAS: Referem-se aos conhecimentos específicos de um setor ou unidade. Ex: Gestão de convênios. Este deve possuir competências para, por exemplo, integrar comissões que analisem acordos de leniências.

Face aos desafios impostos às instituições, bem como às críticas aos modelos tradicionais de desenvolvimento, o direcionamento das ações de desenvolvimento de competências da SDA se dará com a implantação de um modelo de educação corporativa alternativo com base no desenvolvimento de competências por meio de trilhas de aprendizagem.

Para a realização do mapeamento de competências deverá ser desenvolvido um diagnóstico das competências necessárias, atuais e futuras, análise e atualização das competências já identificadas e elaboração de metodologia de programas.

Será elaborado o Manual de Trilha de Aprendizagem da Defesa Agropecuária que conterá a estrutura e a definição das trilhas de aprendizagem, descrevendo para diferentes grupos os estágios que representam competências distintas de acordo com as exigências e responsabilidades do perfil ocupacional, assim como as experiências requeridas. Para cada estágio estão previstos conhecimentos, habilidades, atitudes e respectivas estratégias de aprendizagem, sendo os conteúdos sugeridos relacionados ao mapeamento de competências, assim como, todo o conjunto deverá estar alinhado com o mapa estratégico da SDA.

Para o desenvolvimento das competências dos servidores da SDA, será utilizado o conceito de Trilhas de aprendizagem, que são sequências integradas de

experiências, estruturadas com a finalidade de proporcionar a aprendizagem das competências necessárias ao desempenho em diferentes atividades e perfis. O modelo de trilhas de aprendizagem está em consonância com as ações realizadas pela Escola Nacional de Gestão Agropecuária – Enagro, Coordenação Geral do MAPA. Diferentes das grades de treinamento, que são um conjunto de cursos obrigatórios a determinado cargo, as trilhas de aprendizagem apresentam características que possibilitam uma aprendizagem contínua, mais centrada no servidor e suas necessidades de desenvolvimento, sem perder o foco nas necessidades de desenvolvimento da própria SDA.

A primeira característica das trilhas é a flexibilidade, onde é possível trabalhar com soluções de aprendizagem obrigatórias e outras elegíveis pelo servidor. A segunda característica é o conceito de experiência completa de aprendizagem, sendo as trilhas desenhadas pensando no pré e pós treinamentos, ou seja, que sequência de experiências poderão ser proporcionadas aos servidores de forma que eles possam efetivamente apreender as novas competências requeridas. Por fim, a terceira característica é a diversidade de estímulos, com a finalidade do alcance dos objetivos de aprendizagem e desempenho, e a educação corporativa possa lançar mão de diferentes soluções e recursos instrucionais.

Para conceber estratégias de desenvolvimento de competências com base no conceito de trilhas, é importante que a SDA implemente diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Definir e divulgar os rumos da organização: missão, visão e estratégia de atuação;
- Identificar as competências essenciais à organização;
- Identificar e divulgar as competências relevantes a cada segmento profissional;
- Especificar e disseminar os padrões de desempenho exigidos dos profissionais;
- Identificar e divulgar critérios para ascensão profissional (requisitos tais como experiência, formação e competências necessárias);
- Identificar, nos ambientes interno e externo, opções de aprendizagem para o desenvolvimento das competências profissionais relevantes à organização;
- Divulgar as opções de aprendizagem, vinculando-as a cada competência desejada;
- Estimular as pessoas a desenvolverem suas trilhas de aprendizagem, mediante uso de apoio social, de recursos financeiros e de suporte da organização; e
- Reconhecer e valorizar os profissionais que se mantêm em processo de melhoria contínua do desempenho e em busca de crescimento profissional.

A utilização de um software que dê o suporte necessário ao modelo e que permita a criação e o acompanhamento do desenvolvimento de trilhas por parte das estruturas de gestão e pelos servidores, de forma eficiente e completa, oferecendo ambientes que permitam a atuação dos vários atores do processo é primordial para o alcance dos objetivos estratégicos da SDA.

II.d - Programa de Desenvolvimento de Competências da SDA:

Estão previstos três níveis de desenvolvimento de competências, com o objetivo de promover a melhoria da capacidade técnica, científica e analítica em temas prioritários ou emergentes junto a instituições de referência técnica internacional em defesa agropecuária, a fim de aprimorar o conhecimento sobre temas estratégicos dos técnicos em defesa, promover a formação de redes de conhecimento. Isso inclui o compartilhamento de experiências com outras instituições de excelência no exterior. Prevê o financiamento de:

1- São programas de capacitação desenvolvidos em conjunto com instituições de ensino superior e similares ou instituições de C&T brasileiras ou estrangeiras, com apoio da Enagro e proporcionadas por meio virtual ou presencial. Pode implicar na necessidade de bolsas para custeio de despesas administrativas associadas, deslocamento e manutenção;

2- Serão reservadas pelo menos duas bolsas para envio de técnicos da SDA/MAPA para programas de pós-graduação, preferencialmente mestrado tecnológico ou doutorado, para desenvolvimento de competência em temas críticos e de futuro para a Defesa Agropecuária.;

3- Programa *Excellentia* – É um programa de intercâmbio de conhecimento para o desenvolvimento de trabalhos específicos junto a universidades, centros de pesquisa ou instituições de referência em áreas afetas à Defesa Agropecuária no Brasil ou no exterior, por até 12 meses. Pode envolver tanto a expatriação de técnicos brasileiros como a vinda de técnicos estrangeiros para o Brasil. Estão previstos intercâmbios com três tipos de finalidade; (i) Instituições Multilaterais onde o interesse é conhecer o processo de regulação e coordenação de grandes estratégias entre países. Exemplo estas instituições são a OIE; *Codex Alimentarius*; CIPV; etc; (ii) Instituições equivalentes à Defesa Agropecuária em países em que o Brasil tenha interesse comercial elevado (Ex. Aphis, FSIF, Senasa). Neste caso, o intercâmbio com instituições destes países cria um conhecimento de pessoas e processos da instituição irmã, facilitando a negociação comercial a ser realizada pelas equipes de adidos agrícolas e da SRI; (iii) Instituições equivalentes ou universidades onde o interesse é exclusivamente técnico científico, como por exemplo trabalhar por um ano com colegas de outros países em temas estratégicos para os dois países, como o projeto regional de controle de bicudo do algodoeiro mexicano;

As áreas estratégicas para esses três níveis de qualificação serão definidas pelo Comitê Científico da SDA e convalidadas pelo Comitê Executivo de Gestão (CEG) da SDA (integrado por todos os Diretores de Departamento da Secretaria).

III. SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Tem o propósito de agregar informação e conhecimento continuamente à base de conhecimento técnico, científico e analítico que permita à SDA, e demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), serem fiadores da segurança dos produtos agropecuários (produzidos no Brasil ou importados) e também da sustentabilidade do setor mais dinâmico da economia nacional.

Para que a SDA avance na construção de uma cultura de inteligência estratégica, será implantada uma estrutura que funcionará como Centro de Integração de Dados e Conhecimento para a Defesa Agropecuária. Além de uma Coordenação-

Geral de Inteligência e Estratégia, contará com o apoio de Núcleos de Inteligência em cada uma das unidades da SDA. Este modelo está representado na figura a seguir.

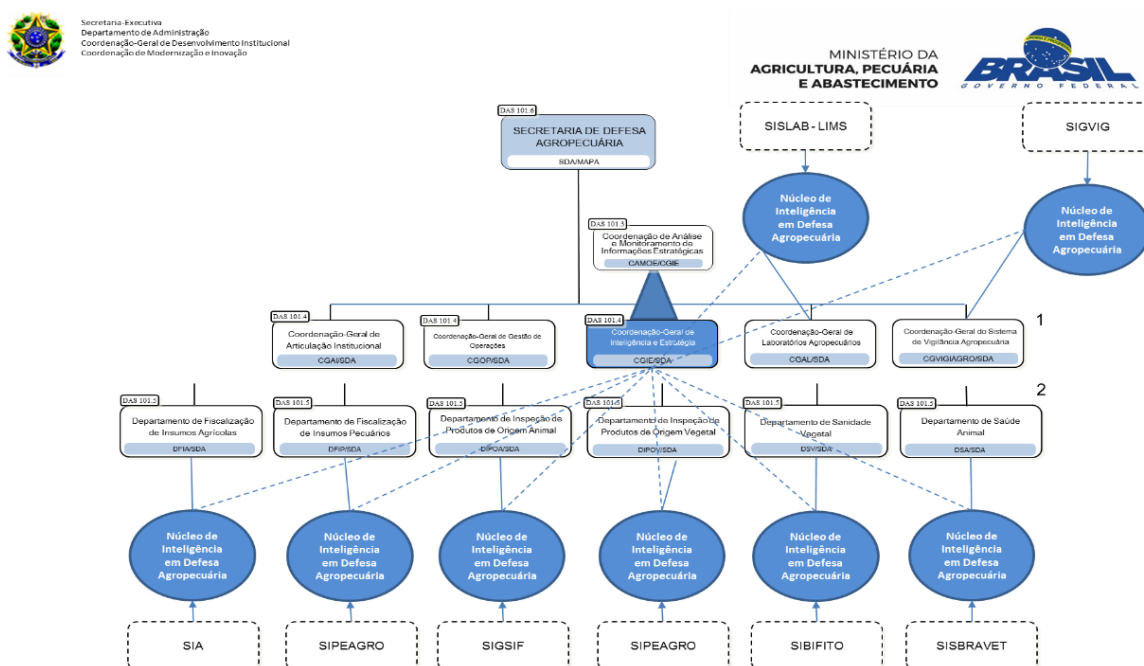


Figura 2: Estrutura organizacional de Inteligência

Serão considerada, neste subcomponente, a realização de ações de desenvolvimento, melhorias e aperfeiçoamentos nos sistemas que servem de suporte de dados e informações primárias para o desenvolvimento das ações de produção de inteligência estratégica.

Para este subcomponente foram identificados os seguintes produtos:

Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência Estratégica em defesa agropecuária (IEDA) desenvolvidos
Sistema IEDA automatizado implementado

III.a - Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência Estratégica em defesa agropecuária (IEDA) desenvolvidos:

A elaboração da Doutrina de Inteligência visa estabelecer os fundamentos doutrinários que orientarão a SDA no conhecimento, no planejamento, no preparo e na execução de ações de inteligência, bem como a abrangência das disciplinas de inteligência atualmente empregada em áreas de interesse da Defesa Agropecuária, influenciando nas suas operações.

Será uniformizada a Análise de Risco no âmbito da defesa agropecuária, integrada ao processo de decisão na Inteligência Estratégica

Adicionalmente, será elaborado o Manual de Inteligência Estratégica da SDA. Este manual tem por finalidade orientar o exercício da Atividade de Inteligência, a

estrutura, processos e atuação das áreas integrantes do sistema de inteligência da Defesa Agropecuária.

III.b - Sistema IEDA automatizado implementado

A implantação do Sistema de Inteligência em Defesa Agropecuária, IEDA, envolverá diversas etapas, iniciando-se com a aquisição, adoção e uso de sistemas de *Business Intelligence* (BI). Além de promover a identificação, captura, tratamento e análise de dados e Informações Estratégicas da SDA, os sistemas de BI permitirão o acesso a dados confiáveis, aumento da transparência e compreensão do negócio, disponibilização de conhecimento em tempo real e suporte para a tomada de decisão. A utilização de Sistemas Informatizados implicará na necessidade de aquisição de licenças de uso dos softwares, atualização e customização (manutenção evolutiva, adaptativa, customização, dentre outros) e de treinamento.

Serão, também, avaliados e aperfeiçoados os sistemas identificados como mais importantes, entre eles:

- a) SIA - Sistema de Informação de Insumos Agrícolas
- b) SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
- c) SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF
- c) Sistema Integrado de Vigilância e Informação Fitossanitária (Sibifito)
- d) SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Informação Veterinária
- d) SISLAB - Sistemas de Gestão Laboratorial
- e) SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
- f) SIGEF – Sistema de Gestão da Fiscalização
- g) LIMS - *Laboratory Information Management Systems*
- h) GTV – Guia de Transito Vegetal
- i) GTA – Guia de Transito Animal

Uma pequena infraestrutura de apoio à implementação do IEDA está também prevista.

IV. APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Visa gerar conhecimentos específicos para a solução de problemas sanitários e fitossanitários, conhecidos ou emergentes, direcionando e orientando as pesquisas em defesa agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa mediante definição de linhas de pesquisa, financiamento e apoio através de editais competitivos, de modo a atender as demandas da Defesa Agropecuária. Adicionalmente, será estabelecido um programa de bolsas para execução de pesquisas e tratamentos de dados de programa das SDA cujos resultados serão fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas específicas voltadas à melhoria da qualidade dos produtos agropecuários.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) será o parceiro nesse programa em função de sua expertise e experiência prévia com o MAPA.

Para isso foram identificados os seguintes produtos:

Realização de Projetos de Pesquisas Estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária
Bolsas de pesquisa

IV.a - Realização de Projetos de Pesquisas Estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária:

Serão financiados pelo menos 10 projetos de pesquisa sobre temas estratégicos, com duração de curto e médio prazo (Até 36 meses) e selecionados em base a prioridades previamente definidas e aprovadas pelo Conselho de Defesa Agropecuária. O processo seletivo será conduzido pelo CNPq por meio de editais competitivos, cujas linhas temáticas serão definidas com apoio do Comitê Científico da SDA.

IV.b - Bolsas de pesquisa

Bolsistas nos níveis de graduação, mestrado e doutorado - para tratamento de dados de programas estratégicos das SDA. Serão analisados dados acumulados nas diversas UA para geração de conhecimento estratégico com fins de estabelecimento de políticas públicas.

V. Proposta de Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária

Este subcomponente contemplará a realização dos estudos iniciais necessários para o estabelecimento de um Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária na fazenda onde está instalado o Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais, no município de Pedro Leopoldo (Lanagro - MG), incluindo instituições de pesquisa agropecuária, indústrias relacionadas, prestadores de serviço e outras entidades nacionais e internacionais relacionadas à defesa agropecuária. Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), universidades, empresas, associações, tanto do setor público como privado.

A ação do Lanagro - MG está no limiar da técnica e da tecnologia, pelo que a integração de suas atividades com a pesquisa agropecuária orientaria com mais propriedade a busca de soluções para os desafios de garantir alimentos saudáveis e menor pressão de pragas para as lavouras e criações animais brasileiras, além apoiar o desenvolvimento de estudos de interesse nacional voltados à gestão do risco sanitário e fitossanitário, com reflexos positivos para a ampliação e proteção do patrimônio agrícola e pecuário nacionais e para o alcance e consolidação de mercados para os produtos agropecuários.

Quanto às iniciativas que poderão ser instaladas no Parque já foram identificadas, mas não se limitando a: (i) pesquisa e ensino em saúde animal e sanidade vegetal, (ii) cepários de agentes de pragas, (iii) produção de vacinas e antígenos, (iv) centro de diagnóstico, (v) produção de materiais de referência, (vi) estação quarentenária vegetal, (vii) centro de análise de risco, (viii) incubadoras de empresas.

É prevista a contratação de consultorias para a elaboração dos estudos iniciais, incluindo:

- Detecção da oportunidade, incluindo toda uma prospecção de parceiros, legislação, políticas de incentivo a empresas, políticas e normativas de empreendedorismo.
- Elaboração de acordo inicial entre parceiros para constituição da proposição do Parque Tecnológico.
- Estabelecimento da governança *pro tempore*.
- Formulação do quadro conceitual sob forma de declarações impositivas para orientação dos trabalhos.
- Análise de imóveis para a base física do parque.
- Validação do projeto conceitual pelos envolvidos na iniciativa.
- Elaboração dos planos diretores de urbanismo e arquitetura da base física - pode haver reformulação do projeto conceitual nessa fase em face da confrontação com a realidade.
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) - seu resultado pode implicar em modificações no modelo inicial.
- Estudos de impacto ambiental
- Elaboração do plano de negócios contendo o projeto conceitual atualizado; as estratégias para viabilização do empreendimento; as projeções de viabilidade econômica e financeira; os planos de comercialização e de divulgação do parque.
- Implantação do plano de negócios.
- Elaboração da primeira versão do planejamento estratégico.

A elaboração do projeto conceitual preliminar considerará a utilização de parcerias público-privadas, a formação de alianças estratégicas com parceiros relevantes e a atuação em rede. O subcomponente desenvolverá apenas atividades de estudos e preparo documental. Não serão elaborados ou executados projetos de engenharia ou *retrofit*, mas apenas a caracterização da infraestrutura existente e possibilidades de adequação para fins de utilização do espaço físico já existente pelos parceiros do Parque Tecnológico.

Além de laboratórios existentes atuando de forma integrada, existem discursões preliminares para que façam parte do proposto Parque Tecnológico o futuro “Centro Regional de Avaliação de Risco”; a Estação Quarentenária em Sanidade Vegetal; e a mudança do Centro Pan-Americano de Aftosa – Panaftosa hoje no Rio de Janeiro. O Panaftosa já mantém um grupo de técnicos trabalhando nas instalações do Lanagro.

Os produtos do subcomponente são:

Realização de Estudos
Constituição Jurídica do Parque Tecnológico

V.a - Realização de Estudos

Serão realizados os estudos sobre marcos legais e financeiros necessários à definição do modelo jurídico e outras condições necessárias à constituição do Parque Tecnológico. Serão analisadas as principais referências normativas vigentes, incluindo desde Lei Federais associadas ao tema (Lei de Inovação, PPP, outras), estaduais e

municipais referentes a incentivos, respectivas regulamentações infralegais. Esses estudos serão a base para definição do modelo jurídico do parque e seus documentos complementares (governança, Estatutos, outros)

V.b - Constituição Jurídica do Parque Tecnológico

O parque tecnológico contará com a presença de vários laboratórios de importância para a defesa agropecuária; instituições de pesquisa agropecuária, além de outras entidades nacionais e internacionais pertinentes, públicas e privadas. Será um espaço dedicado à geração de condições sustentáveis para a inovação em defesa agropecuária, por meio da integração científica, motivada, entre outros, pelo compartilhamento de infraestrutura. Por premissa, o parque contará com planejamento estratégico e governança compartilhada por seus âncoras. A presença da pesquisa, incluindo instituições correlatas, poderá ser inserida em esforços conjuntos dos parceiros, com estímulo à excelência das atividades de controle oficial da cadeia produtiva, da pesquisa e inovação.

Foram identificadas algumas instituições com alto potencial de serem parceiras do parque. Como âncoras iniciais, o Lanagro - MG, Ministério da Defesa, Universidades Federais (UFMG, UFV, UFLA), Embrapa, Panaftosa, representação do Setor Empresarial e dos governos Estadual e Municipal. Alguns potenciais parceiros associados devem também ser consultados, como a OIE, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq, o Cetec, a BioMinas, a ABIN, o Sindam, a UFSJD (Campus Sete Lagoas), o IMA, a Epamig e outros, incluindo parceiros internacionais. Essas instituições deverão estar previamente engajadas na proposta e participarão de forma ativa nos estudos que serão desenvolvidos.

Uma vez de posse dos estudos será importante a negociação dos termos da parceria, que incluem o documento de constituição a ser assinado bem como a definição do termo de adesão para que novos parceiros, em momentos futuros, possam aderir ao Parque Tecnológico.

Ao final dos estudos a serem realizados, do preparo e negociação dos documentos jurídicos com o aval dos parceiros âncora (aqui incluído o MAPA), o contrato social do Parque Tecnológico deverá ser assinado pelas partes. A partir desse momento considera-se juridicamente constituído o Parque Tecnológico e o projeto será encerrado. A continuidade das ações para o início de operação será objeto de um segundo projeto a ser desenvolvido pelos parceiros signatários.

VI. Gastos Administrativos

Este subcomponente refere-se às despesas administrativas do Projeto de Cooperação Técnica que será estabelecido com o IICA para viabilização da contratação de estudos, organização de eventos e aquisições para o ProDefesa.

4.1.2 Lógica vertical do componente

Ver matriz de resultados

5. Resultados e indicadores de resultados do componente

Matriz de resultados do componente.

Ver matriz de resultados

6. Plano de Investimento

6.1 Orçamento detalhado da intervenção proposta (resultados/produtos)

PRODUTOS	ORÇAMENTO
Componente 3: Conhecimento e inovação para a Defesa Agropecuária	
C3.1: Subcomponente - Estudos Estratégicos para apoio a Defesa Agropecuária Federal	
Dez estudos e propostas de modernização da Defesa Agropecuária elaborados	U\$ 6.950.000
Proposta de Regulamentação do projeto de lei do novo modelo jurídico da Defesa Agropecuária elaborada	
1) Processos de trabalho modelados, melhorados e automatizados 2) Processos de trabalho e sistemas de informação legados integrados 3) Manuais de procedimentos atualizados	
C3.2: Subcomponente - Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária	
Sistema de Gestão de Competências	U\$ 10.330.000
Manual de Trilha de Aprendizagem da SDA elaborado	
Software de suporte ao Modelo de Trilha de Aprendizagem da SDA operacional	
Programa de Desenvolvimento de Competências da SDA: a) Programa <i>Excellentia</i> implementado	
b) Programa de capacitação de curta duração implementado	
c) Programa de pós-graduação strictu sensu implementado	
C3.3: Subcomponente – Sistema de Inteligência Estratégica	
Manual de Inteligência - Doutrina de Inteligência da DAS elaborado	U\$ 8.890.000
Modelo de Inteligência Estratégica da SDA elaborado	
Aquisição de Software	
Avaliação e aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação Existentes implementado	
C3.4: Subcomponente - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária	
Projetos de pesquisa estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa contratado	U\$ 6.000.000
Termo de Descentralização de Recursos (TED) assinado com o CNPq para viabilizar a contratação de bolsistas - nos níveis de graduação, mestrado e doutorado - contratados para tratamento de dados de programas estratégicos das SDA	
C3.5: Subcomponente - Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária	
Documentos orientadores para o estabelecimento do Parque Tecnológico na área física do Lanagro - MG (Minas Gerais) desenvolvidos	U\$ 1.830.000
1) Marcos legais e financeiros elaborados	
2) Contratos de parceria negociados	
3) Parque Tecnológico juridicamente constituído	
C3.6: Gastos Administrativos	
Gerenciamento do PRODEFESA (IICA)	U\$ 1.000.000

6.2 Plano de execução da intervenção proposta

○ É um instrumento de planejamento a nível de componente, resultados, produtos, e atividades com o sequenciamento temporal que identifica um cronograma de execução (física e financeira) do componente durante o período de execução do projeto. Esse instrumento ajuda a determinar de forma aproximada os prazos de consecução dos resultados esperados do programa.

PRODUTOS/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA	2019	2020	2021	2022	2023
RESULTADOS	PRAZO DE EXECUÇÃO				
Componente 3: Conhecimento e inovação para a Defesa Agropecuária					
C3.1: Subcomponente - Estudos Estratégicos para apoio a Defesa Agropecuária Federal					
Dez estudos e propostas de modernização da Defesa Agropecuária elaborados					
Proposta de Regulamentação de projeto de lei do novo modelo jurídico da Defesa Agropecuária encaminhada para aprovação					
C3.2: Subcomponente - Desenvolvimento das Competências em Defesa Agropecuária					
Programa de Desenvolvimento de Competências da SDA:					
a) Programa Excellentia implementado					
b) Programa de capacitação de curta duração implementado					
c) Programa de pós-graduação strictu sensu implementado					
C3.3: Subcomponente – Sistema de Inteligência Estratégica					
Manual de Inteligência - Doutrina de Inteligência da DAS elaborado					
Modelo de Inteligência Estratégica da SDA elaborado					
Sistema de identificação, captura, tratamento e análise de dados e Informações Estratégicas da SDA, sendo apresentados através de Dashboards adquirido/implementado					
Avaliação e aperfeiçoamento dos Sistemas de Informação Existentes implementado					
C3.4: Subcomponente - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária					
Dez projetos de pesquisa estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária realizadas por universidades e instituições de pesquisa e resultados publicados					

Termo de Descentralização de Recursos (TED) assinado com o CNPq para viabilizar a contratação de 40 bolsistas - nos níveis de graduação, mestrado e doutorado - contratados para tratamento de dados de programas estratégicos das SDA					
C3.5: Subcomponente - Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária					
Parque Tecnológico juridicamente constituído					

6.3 Plano financeiro multianual;

É um instrumento de gestão dos fluxos financeiros requeridos para a execução dos resultados esperados do programa/componente. Este instrumento ajuda a definir o cronograma de desembolsos do componente por resultados.

DISCRIMINAÇÃO	Unidad	#	2019		#	2020		#	2021		#	2022		#	2023		TOTAL
			LOCAL	BID		LOCAL	BID		LOCAL	BID		LOCAL	BID		LOCAL	BID	
3 Componente 3. Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária				2.155.500			9.235.000			8.530.000			8.464.500			6.615.000	35.000.000
3.1 Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal				50.000			1.380.000			1.725.000			2.070.000			1.725.000	6.950.000
3.1.1 Realização de estudos e propostas de modernização da defesa agropecuária			-	50.000	#		1.380.000		0	1.725.000	0	0	2.070.000	##	0	1.725.000	6.950.000
3.2 Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária				1.083.000			3.650.500			2.152.500			2.152.500			1.291.500	10.330.000
3.2.1 Sistema de Gestão de Competências Desenvolvido				222.000			1.498.000			0			0			0	1.720.000
3.2.1.1 Manual de Trilha elaborado				222.000			633.000										855.000
3.2.1.2 Software de suporte ao modelo de trilha de aprendizagem instalado				-			865.000										865.000
3.2.4 Programa de desenvolvimento de Competências da SDA Implementados				861.000			2.152.500			2.152.500			2.152.500			1.291.500	8.610.000
3.2.4.1 Cursos de curta duração				294.000			735.000			735.000			735.000			441.000	2.940.000
3.2.4.2 Bolsas de pós-graduação				167.000			417.500			417.500			417.500			250.500	1.670.000
3.2.4.3 Program Excellence				400.000			1.000.000			1.000.000			1.000.000			600.000	4.000.000
3.3 Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária				732.500			2.437.500			2.245.000			1.837.500			1.637.500	8.890.000
3.3.1 Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência Estratégica em defesa agropecuária (IEDA) desenvolvidos				145.000			710.000			350.000			200.000			-	1.405.000
3.3.1.1 Elaboração da Doutrina de Inteligência				-			275.000									-	275.000
3.3.1.2 Elaboração do Manual de Inteligência Estratégica da SDA							285.000									-	285.000
3.3.1.3 Realização de auditoria dos sistemas de TI existentes				145.000													145.000
3.3.1.4 Estabelecimento de Modelo de Gestão baseado em riscos				-			150.000			350.000			200.000				700.000
3.3.2 Sistema IEDA automatizado implementado				587.500			1.727.500			1.895.000			1.637.500			1.637.500	7.485.000
3.3.2.1 Aquisição de Software				110.000			217.500			107.500							435.000
3.3.2.2 Aperfeiçoamento dos sistemas existentes				327.500			1.310.000			1.637.500			1.637.500			1.637.500	6.550.000
3.3.2.3 Infraestrutura de apoio à implementação do Sistema de Inteligência				150.000			200.000			150.000							500.000
3.4 Apoio à Pesquisa de Desenvolvimento (P&D) em Defesa Agropecuária				30.000			1.205.000			1.642.500			1.642.500			1.480.000	6.000.000
3.4.1 Realização de Projetos de Pesquisas Estratégicas para o aprimoramento da Defesa Agropecuária				-			1.140.000			1.567.500			1.567.500			1.425.000	5.700.000
3.4.2 Bolsas de pesquisa				30.000			65.000			75.000			75.000			55.000	300.000
3.5 Proposta de Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária				180.000			300.000			520.000			515.000			315.000	1.830.000
3.5.1 Realização de Estudos				180.000			300.000			520.000			200.000			-	1.200.000
3.5.2 Constituição Jurídica do Parque Tecnológico										-			315.000			315.000	630.000
3.6 Gastos Administrativos				80.000			262.000			245.000			247.000			166.000	1.000.000
3.6.1 Gerenciamento do PRODEFESA (IICA)				80.000			262.000			245.000			247.000			166.000	1.000.000